

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.569 - RO (2019/0334687-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **ALINE DE PINHO SILVA PINHEIRO**  
**ADVOGADO** : Aline de Pinho Silva Pinheiro - RO006855  
**RECORRIDO** : **CLARO S.A**  
**ADVOGADO** : **RAFAEL GONÇALVES ROCHA** - RS041486

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ALINE DE PINHO SILVA PINHEIRO, com fundamento no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado:

*"Apelações cíveis. Obrigação de fazer. Telefonia celular. Perda do aparelho. Aquisição de novo chip. Informação de que a linha estava cadastrada em nome de terceiros. Ausência de bloqueio. Danos morais não configurados. Recurso da parte requerida provido. Recurso autoral prejudicado.*

*Tendo o consumidor, em tempo ínfimo, localizado o aparelho anteriormente perdido, e este, embora cadastrado em nome de terceiros, funciona normalmente, a situação não ultrapassa as barreiras do mero dissabor.*

*O acatamento de apelo que afasta a indenização por dano moral, prejudica a análise do recurso autoral que vindicava a majoração do valor da indenização." (e-STJ, fl. 293)*

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos arts. 944 e 186 do Código Civil de 2002, sustentando, em síntese (a) que utiliza duas linhas telefônicas como meio de contato profissional, tendo perdido seu aparelho celular que estava vinculado a uma das linhas, (b) que houve restrição na recuperação da referida linha, tendo sido informado que a mesma estava em nome de terceiros e estaria sendo encerrada em agosto de 2015, sendo impossível seu uso, (c) que a não utilização da linha gera prejuízos incalculáveis ao seu labor, (d) que a negativa no atendimento de sua solicitação gerou danos morais, e não mero aborrecimento, pois foi tratada como “estelionatária” e ficou sem seu aparelho ou linha telefônica por cinco dias, devido a falhas no sistema da recorrida, (f) que foi reconhecido o direito a titularidade da linha telefônica e (g) que o valor a ser arbitrado a título de danos morais não pode ser vil.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 322/327.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

No tocante a suposta violação aos arts. 186 e 944 do CC/02, o Tribunal de origem concluiu, diante do contexto fático probatório, inexistir danos morais no presente caso, em que a recorrente ficou privada do uso da linha telefônica por tempo ínfimo em razão de ter ela mesma perdido seu aparelho celular, bem como que o fato de a linha ter sido cadastrada em nome de terceiros é insuficiente para ensejar reparação por danos morais, *in verbis*:

*"O apelante ingressou com a ação afirmando que utiliza duas linhas telefônicas móveis, 69-9368-3836 e 69-9310-6999.*

*Aduz que, no dia 18/09/2015, perdeu o aparelho celular com a linha de número (69) 9310-6999, imediatamente comunicou a perda à apelada e gerou o protocolo n. 2015601892273.*

*Diz que foi informada de que a linha (69 9310-6999) está em nome de uma terceira pessoa, e que se encontrava desativada.*

*Salienta ter questionado os prepostos da apelada, porém estes nada puderam fazer.*

*Informa que dias depois encontrou o aparelho celular, o recarregou e este funciona normalmente.*

*Requer que a linha seja transferida a sua titularidade, e que consta em pleno funcionamento, bem como a reparação pelos danos que diz ter experimentado.*

*(...)*

*A apelante pugna pela exclusão da indenização por danos morais alegando que nos autos não há prova dos danos alegados.*

*A apelada relatou que ficou surpresa ao saber que sua linha de celular estava cadastrada em nome de outra pessoa. Diz que só tomou conhecimento do fato, pois perdeu o seu celular, e quando da tentativa de habilitar a linha em outro chip, não obteve êxito, em razão da titularidade da linha estar em nome de terceiros e conforme informação da operadora, o celular estava bloqueado.*

*Por sorte, o celular foi achado, e a apelada verificou que o celular não estava bloqueado, e estava funcionando perfeitamente, contudo a operadora continuava afirmando que a titularidade da linha não era sua.*

*Foi deferida a tutela antecipada, e ao final a operadora às fls. 219/221 a Claro S/A comprovou o cumprimento da obrigação de fazer.*

*(...)*

*Pois bem.*

*Por mais que me esforce, não vislumbro a ocorrência do alegado dano moral.*

*A apelada perdeu seu aparelho celular, procurou a apelante para adquirir outro chip, sendo informada que a linha era cadastrada em nome de outra pessoa.*

*Posteriormente, em data próxima da perda, diz ter localizado o aparelho e, ao recarregá-lo, verificou que a linha funcionava normalmente, e não estava bloqueada.*

*Ora, não fez uso da linha por tempo ínfimo e em razão de ter perdido o aparelho que, ao ser encontrado, voltou a funcionar com o número que possuía.*

*O fato da linha estar cadastrada em nome de terceiros, configura apenas erro, de fácil solução, de modo que não se faz presentes os elementos ensejadores da reparação moral." (e-STJ, fls. 289/292)*

De fato, tem-se que não há que se falar na violação aos arts. 186 e 944 do CC/02 no caso concreto, pois a situação experimentada pela recorrente é incapaz de configurar danos morais, considerando que a mesma restou privada do uso de sua linha telefônica em virtude de ter perdido seu aparelho celular, bem como que após poucos dias, voltou a utilizá-la sem maiores dificuldades, sem constatado que a linha estava funcionando corretamente. Ademais, de acordo com a afirmação da própria recorrente (e-STJ, fls. 306/307), a mesma possuía duas linhas telefônicas, de modo que os aborrecimentos decorrentes da impossibilidade de utilização de uma foram atenuados pela utilização da linha telefônica remanescente.

Por fim, o simples fato de ter sido constatado erro no cadastro da referida linha em nome de terceiros é insuficiente para configurar danos morais, vez que, na prática, tal erro não causou graves danos à recorrente, mas sim apenas mero aborrecimento.

Tem-se, deste modo, que a decisão acima está em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o mero aborrecimento não implica em danos morais indenizáveis.

Nesse sentido:

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. O Tribunal de origem, com fundamento no contexto probatório existente nos autos, concluiu que o inadimplemento ultrapassou o mero aborrecimento e evidenciou a existência de danos morais.

*Alterar esse entendimento demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial.*

3. Só em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento da Súmula n. 7/STJ, para possibilitar a revisão. No caso, o montante estabelecido pela Corte a quo não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 777.391/RJ, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 30/04/2018)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VACINA VENCIDA. DEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO, NO CASO, DO DANO MORAL INDENIZÁVEL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Ainda que a responsabilidade seja objetiva, é imprescindível a comprovação do dano e do nexo de causalidade pelo consumidor para que haja a condenação a danos morais.

2. Na espécie, conforme consta do acórdão recorrido, apesar de terem sido aplicadas vacinas vencidas e ineficientes aos autores, o que configura defeito na prestação do serviço, os danos foram apenas presumidos. De outro lado, eles foram novamente vacinados, assim que constatada a irregularidade, inclusive, sem nenhum custo adicional.

Além disso, não foi retratado nenhum efeito colateral proveniente daquelas vacinas.

3. "In casu, a aplicação de vacina vencida, por si só, não é capaz de ensejar a reparação por danos morais, uma vez que não foi

*constatada nenhuma intercorrência que pudesse abalar a honra dos autores ou causar-lhes situação de dor, sofrimento ou humilhação.*

*Embora seja inquestionável o aborrecimento e dissabor por que passaram os ora recorrentes, estes não foram suficientes para atingir os direitos de personalidade, enquanto consumidores, a ponto de justificar o dever indenizatório". (AgInt no AgInt no AREsp 869.188/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 21/03/2017)*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AgInt no AREsp 1091417/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 05/10/2017)*

Ademais, a modificação de tais entendimentos lançados no v. acórdão recorrido no sentido de que o experimentado pelo recorrente implicaria em danos morais indenizáveis, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. DESCONTO EM CONTA CORRENTE ONDE É DEPOSITADO SALÁRIO. LIMITAÇÃO. 30% DOS VENCIMENTOS. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO E DE PROVA DE DANO. REEXAME DE PROVAS.*

*1. É legítimo o desconto, em conta corrente, de parcelas de empréstimo, limitando-se tal desconto a 30% da remuneração, tendo em vista o caráter alimentar dos vencimentos (súmula 83 do STJ).*

*Precedentes.*

*2. Caso em que o Tribunal de origem entendeu não configurado ato ilícito passível de reparação. A reforma do acórdão recorrido, no ponto, requer incursão nos elementos fático-probatórios do processo, o que é inviável em recurso especial (súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça - STJ).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no REsp 1565533/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator